

DATA DA REUNIÃO: VINTE E TRÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: EDIFÍCIO DE CENTRO ESCOLAR DE ARCOZELO, SITO NA RUA DAS ESCOLAS, ÁGUA LONGA.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSETE HORAS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

A presente reunião realizou-se na freguesia da Água Longa, ao abrigo do disposto na segunda parte do artigo 6º do Regimento da Câmara Municipal, e de harmonia com a deliberação do órgão executivo de nove do corrente mês de março.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do autarca Fernando Jorge Ferreira Martins (conhecido por Jorge do Paço), secretário da junta de freguesia de Vila Nova do Campo, do seguinte teor:-----

97 3

VOTO DE PESAR

(Falecimento do secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo)

A Câmara Municipal apresenta um sentido VOTO DE PESAR pelo falecimento de Jorge Martins, conhecido por Jorge do Paço, eleito secretário do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo nas últimas Eleições Autárquicas.

Jorge do Paço foi um homem dedicado à causa pública e à melhoria das condições de vida da comunidade a que pertencia, nomeadamente a zona nascente do concelho.

Homem simples, mas de fortes convicções, sempre se pautou por uma conduta de respeito e de dignificação do papel dos autarcas de proximidade, sendo mesmo um exemplo em matéria de dedicação à vida pública.

A Câmara Municipal presta homenagem ao autarca da freguesia de Vila Nova do Campo e endereça sentidas condolências à sua família e executivo da Junta.

Do voto de pesar, será dado conhecimento à família, à Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo e à Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 23 de março de 2017



b) A câmara municipal de Santo Tirso deliberou, por unanimidade, aprovar a declaração que consta das subseqüentes duas folhas, sobre o anúncio de redução de balcões da Caixa Geral de Depósitos:-----

Reunião de 23 de março de 2017

Período de Antes da ordem do Dia



É com natural inquietação que assistimos ao anúncio da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em reduzir o número de balcões em 180.

Num universo de 308 Municípios em Portugal, e 278 no território continental, o encerramento 180 balcões vai atingir um número significativo de concelhos.

Embora se compreenda que a CGD, que está num processo de recapitalização e por essa razão tenha que ser objeto de reestruturação, já não se pode compreender que o banco público se comporte como um qualquer banco privado.

As populações, nomeadamente os mais idosos residentes nos concelhos fora das grandes malhas urbanas, e por isso, com muitas dificuldades em matéria de mobilidade, não podem ser privadas do acesso às instituições bancárias.

A CGD, enquanto banco público, tem obrigações sociais, e o serviço público tem que ser amplamente garantido.

Na anunciada redução de 180 balcões, a CGD, deve ter em conta a realidade de cada concelho. Não é sequer imaginável que este processo se faça à revelia do poder local, nomeadamente das câmaras municipais, que por si ou através da ANM (Associação Nacional de Municípios), devem ter uma palavra dizer.

Em Santo Tirso existem dois balcões da CGD (Vila das Aves e na cidade), que estão localizados de forma estratégica. O balcão de Santo Tirso serve preferencialmente a zona do território que vai do Vale do Leça até Rebordões, bem como a zona de Além do Rio, num total de cerca de 44 mil pessoas. Já o balcão de Vila das Aves, serve aquela freguesia, São Tomé de Negrelos, Roriz e a zona do Vale, num total de cerca de 27 mil pessoas.

O encerramento de qualquer destes balcões teria um fortíssimo impacto, quer nos cidadãos, quer nos agentes económicos.

6 17
A câmara de Santo Tirso não aceita que o concelho seja privado de qualquer dos balcões e tudo fará, caso a CGD o pretenda fazer, para que isso não venha a acontecer.

Conhecemos a realidade de cada um dos balcões e a sua capacidade operacional, e também por essa razão, estes não podem fazer parte das listas de balcões a encerrar. Aliás, seria totalmente inaceitável que tal pudesse vir acontecer.

A câmara de Santo Tirso acredita no bom senso da CGD e no magistério de influência do governo e está confiante que Santo Tirso manterá os dois balcões em funcionamento.

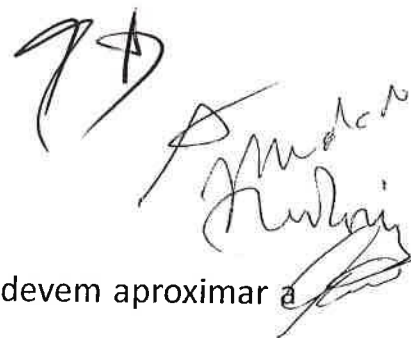
Santo Tirso, 23 de março de 2017



c) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM
foi feita a seguinte declaração política:-----

Reunião de 23 de março de 2017

Período de Antes da ordem do Dia



As reuniões descentralizadas, que entusiasticamente apoiamos, devem aproximar a gestão do município dos cidadãos e, conseqüentemente, dar resposta aos anseios e necessidades mais prementes das populações, bem como, concorrer para melhorar a sua qualidade de vida.

Na opinião dos vereadores do PSD-PPM, é fundamental que a câmara intensifique a cooperação com as freguesias, poder público mais próximo dos cidadãos e a quem estes recorrem nas situações do dia-a-dia.

É muito importante que através de uma descentralização negociada, se reforcem as competências das freguesias, por forma a dar mais e melhores respostas aos problemas dos cidadãos, e por essa via, contribuir para o reforço e valorização do poder local.

Durante vários anos e de uma forma intensa, a freguesia de Água Longa beneficiou da generosidade e da participação dos cidadãos nas dinâmicas locais, através das forças vivas da freguesia, neste caso, consubstanciadas nos escuteiros, no rancho e no futebol.

Nos anos mais recentes, temos assistido, com natural preocupação, a alguma redução destas dinâmicas e ao definhamento de algumas destas forças vivas, justificado, para além de outros fatores que possam estar presentes, pela falta de apoios.

Fazemos desde já um apelo à câmara municipal, para apoiar a junta de freguesia na identificação da situação e a concertar estratégias que permitam animar estes movimentos, de origem popular, que mantêm vivas tradições e contribuem para a autoestima das populações.

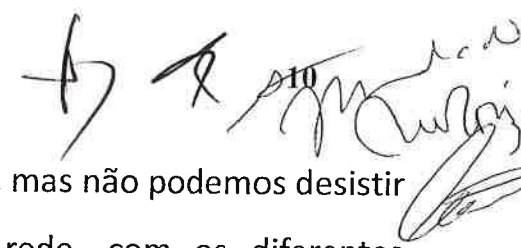
Ao longo da última década, nomeadamente nos mandatos anteriores, chamamos a atenção do Executivo Municipal, para as particularidades desta freguesia, por várias ordens de razão:

1ª - Por um lado, porque está na fronteira com a freguesia de Alfena e por isso, compete com esta freguesia, que nos últimos anos se desenvolveu, atraindo investimento gerador de riqueza e emprego;

2ª – E por outro, porque recebeu um importante investimento, ou seja, o primeiro *nature resort* da região norte, mais conhecido como Vale do Pisão.

A falta de rasgo, visão estratégica e de planeamento foi gritante e não contribuiu para que fossem criadas as condições necessárias, para que a freguesia de Água Longa recebesse o empreendimento Vale do Pisão. Apesar dos esforços do atual executivo da junta de freguesia, continuamos com um território assimétrico, ou seja, com uma freguesia a duas velocidades. Também neste aspeto, a câmara municipal deve concertar uma estratégia com a junta de freguesia, no sentido de reduzir as assimetrias que ainda se verificam e dessa forma, contribuir para um território uno e mais harmonioso.

A falta de rasgo e de visão estratégica da maioria socialista nos mandatos anteriores, que não foi capaz de potenciar e alavancar aquele investimento, fez com que o Vale do Pisão se voltasse para o exterior, com óbvios prejuízos para Santo Tirso.



Temos consciência que o *timing* mais adequado já passou, mas não podemos desistir de aproveitar o Vale do Pisão para estimular uma rede, com os diferentes operadores de Santo Tirso (hotéis, restaurantes, termas, etc., etc.) e com isso gerar mais-valias para o concelho. Sabemos que agora é mais difícil, no entanto, deixamos um apelo e um desafio à atual maioria socialista para perseguir este grande objetivo.

Além disso, os vereadores do PSD-PPM, não podem, nem ficam indiferentes aos legítimos anseios e preocupações das populações, e não querem passar por esta reunião, sem chamar a si a voz dos cidadãos e manifestar preocupação relativamente a algumas matérias que fazem parte do quotidiano da freguesia e que estão há muitos anos por resolver.

Desde logo, as **infraestruturas básicas de saneamento**, que ainda não chegam a cerca de 90% da freguesia, excluindo o empreendimento Vale do Piso. Trata-se de um serviço público essencial que deveria estar resolvido há décadas.

Também a **água da rede pública** não chega a toda a freguesia, com exceção para o Vale do Pisão.

Em matéria de acessibilidades, damos nota dos problemas na **EN 318**, que liga Água Longa ao concelho de Trofa, com a particularidade da parte da estrada sediada na Trofa estar a ser objeto de requalificação. Recordamos que ao longo do percurso que liga Água Longa a Camposa, está a nascer uma zona industrial, que precisa de bons acessos para atrair novas empresas. Também neste aspeto, é fundamental que a câmara, que não tem jurisdição direta sobre EN318, exerça o magistério de influência junto das entidades competentes.

11

No que respeita à **zona industrial**, que de forma espontânea está a crescer, é fundamental que a câmara em articulação com a junta de freguesia, desenhe uma estratégia para criar as necessárias condições, por forma, a atrair empresas que gerem riqueza e emprego, com obvias vantagens para os cidadãos e para o concelho.

Senhor Presidente, estamos certo que não deixará de ter em consideração as nossas preocupações, que acreditamos, sejam partilhadas pelas populações desta freguesia.

Numa altura em que se assiste a algum distanciamento dos cidadãos relativamente à política e aos políticos, cabe aos autarcas a missão de procurar inverter esta situação e fazer tudo o que está ao seu alcance, para resolver os problemas das pessoas e dos agentes económicos. É para isso que somos eleitos!

Santo Tirso, 23 de março de 2017


António Afonso

A7

d) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração:-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Investimentos de proximidade na freguesia de Água Longa)

Comprometido com uma política de proximidade e de autonomia do Poder Local, o executivo municipal tem vindo a desenvolver desde o início do mandato um diálogo com todos os presidentes de Junta, no sentido de dar resposta aos anseios e necessidades da população do concelho de Santo Tirso.

Fruto do bom relacionamento e da cooperação institucional entre o executivo municipal e os presidentes de Junta, a Câmara Municipal já executou e tem previsto executar um conjunto de investimentos de proximidade nas freguesias, num momento particularmente exigente para o orçamento municipal, comprometido em apoios de natureza social na ordem dos 65 por cento.

Na freguesia de Água Longa, um dos principais problemas, assumidos pela Câmara Municipal e pela junta de freguesia, está relacionado com a falta de um edifício para acolher com dignidade a sede da Junta, a funcionar num pequeno espaço localizado numa superfície comercial.

Apostado em dignificar o papel dos presidentes de Junta e em prestar serviços de qualidade à população do concelho, **o executivo municipal definiu como prioridade a construção de um novo edifício-sede para a junta de freguesia**, cujo projeto foi já apresentado publicamente.

Outra prioridade estabelecida entre a Câmara Municipal e a junta de freguesia é o melhoramento da rede viária.

Depois da reabilitação da Rua de Marnotes, da responsabilidade da Câmara Municipal, e da Rua Soldado João Moreira da Cunha, por via da atribuição de subsídio à junta de freguesia, **a Câmara Municipal vai avançar com a requalificação da EN 318**, para dar resposta às necessidades da zona industrial em franco crescimento.

Outra das preocupações do executivo municipal prende-se com a extensão da rede pública de água e saneamento, cujas candidaturas serão executadas pela Câmara Municipal e pela Águas do Norte, faltando ainda uma decisão por parte do Governo.

Como é do conhecimento de todos, o executivo municipal assumiu como um dos eixos estratégicos para o ciclo autárquico a criação de um ambiente favorável à atração de novos investimentos e ao desenvolvimento do tecido empresarial local.

Fruto de uma agressiva política de incentivos fiscais, **a Câmara Municipal está**, neste momento, **em negociações com uma empresa interessada em ampliar a unidade produtiva** já instalada na freguesia de Água Longa, **num investimento de cerca de 20 milhões de euros que permitirá duplicar o número de postos de trabalho.**

Já no âmbito do PORTUGAL2020, quatro empresas sediadas na freguesia de Água Longa viram aprovadas candidaturas comunitárias no valor de cinco milhões de euros, para ampliação/beneficiação das unidades produtivas e criação de novos postos de trabalho.

A freguesia de Água Longa é um bom exemplo do dinamismo empresarial que se vive no concelho de Santo Tirso, com resultados muito animadores em matéria de descida da taxa de desemprego, que, desde outubro de 2011, já caiu 38 por cento.

O executivo municipal tem vindo a pôr em prática, desde o início do mandato, uma política de descentralização e de delegação de competências nas juntas de freguesia, com vista a valorizar e dignificar o papel dos presidentes de Junta.

Não por acaso, a Câmara Municipal está hoje reunida na freguesia de Água Longa, numa medida, inédita no Município, com vista a aproximar as populações do concelho do poder político. Anteriormente, já o presidente da Câmara Municipal, e o restante executivo, havia visitado a freguesia e reunido com a junta, para se inteirar dos problemas e anseios da freguesia e, em diálogo com o presidente da Junta, estabelecer as prioridades de investimento a realizar.

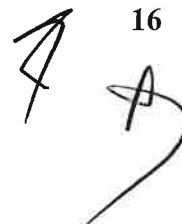
Genuinamente interessado em levar a cabo uma política de valorização do papel das juntas de freguesia e dos presidentes de Junta, **o executivo municipal reforçou**, no início do mandato, **em mais cerca de meio milhão de euros as verbas transferidas para as juntas de freguesia**, de cuja medida também beneficiou a Junta de Freguesia de Água Longa.

No orçamento municipal para 2017, **o executivo quis ir ainda mais longe e, num claro sinal de que está empenhado em reforçar a autonomia financeira das Juntas e dignificar o papel de proximidade dos presidentes de Junta, decidiu reforçar em 5% as transferências para as freguesias**, nomeadamente para a freguesia de Água Longa.

Com diálogo e sentido de responsabilidade, para não hipotecar o futuro do Município, a Câmara Municipal tem procurado fazer investimentos inteligentes e de proximidade, cumprindo com o compromisso assumido de destinar a maior fatia orçamental para as questões da Coesão Social, mas não descurando as obras propriamente ditas, para responder aos anseios de toda a população do concelho.

Entre transferência de verbas para a Junta, nomeadamente reforço de capital, duodécimos e protocolos, no valor de 376 mil euros desde o início do mandato, e investimentos realizados pela Câmara Municipal, já foram apoiados os seguintes projetos, iniciativas e instituições:

- Requalificação da Rua de Marnortes
- Requalificação da Rua Soldado João Moreira da Cunha
- Beneficiação do Centro Escolar de Arcozelo
- Beneficiação da Ponte do Arquino
- Subsídio para elaboração do projeto da nova sede da Junta
- Manutenção de espaços ajardinados
- Subsídio para aquisição de trator
- Subsídios atribuídos ao Centro Recreativo e Popular da Juventude de Água Longa e Grupo Columbófilo Asas de Água Longa, no âmbito de contratos-programa de desenvolvimento desportivo
- Benefícios atribuídos a famílias no âmbito do Subsídio Municipal ao Arrendamento e Plano de Emergência Social
- Benefícios fiscais, por via de IMI, IMI famílias, Derrama, IRS, entre outros

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

- Entrega de cabazes para apoiar famílias carenciadas
- Vacinas gratuitas para a primeira infância
- Transportes escolares gratuitos
- Refeições escolares gratuitas
- Lanches escolares gratuitos
- Prolongamento de horário
- Conservação e manutenção de escolas
- Subsídios para aquisição de livros e material escolar
- Fruta escolar
- Atividades de complemento curricular
- Colónias de férias
- Programa MIMAR
- Santo Tirso Ativo
- Subsídios atribuídos a Comissões de Festas
- Iluminação pública

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 23 de março de 2016

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

18

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/MARÇO/2017 – ATA Nº 06

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 09/03/2017
- 2 - Minuta da ata da sessão extraordinária da assembleia municipal de 23/02/2017: conhecimento
- 3 – Empreitada “Reformulação de Entroncamento da E.N. 105 com a E.M. 209-2”: Decisão de aprovação do projeto e decisão de contratar: Ratificação de despacho
- 4 – Proposta de doação de um terreno à Freguesia de Água Longa para construção do edifício sede
- 5 – Proposta de celebração de protocolo entre os municípios de Santo Tirso, Trofa, e Famalicão, no âmbito da elaboração de estudos de planeamento destinados à organização do transporte público e partilhado
- 6 – Proposta de Critérios de Rateio da Dívida STCP pelos municípios associados da Associação Metropolitana do Porto
- 7 – Proposta de Regulamento de Concessão de Regalias aos bombeiros voluntários do concelho de Santo Tirso
- 8 – Elaboração do Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Tirso: Início do procedimento
- 9 – Elaboração do Regulamento de Funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves: início do procedimento
- 10 – Elaboração da 2ª Alteração do Regulamento do Complexo Desportivo Municipal: Início do Procedimento
- 11 – Proposta de 5ª correção material decorrente da 1ª Alteração ao PDM
- 12 – Evento “Santo Tirso a Rir” – Proposta de “Bilheteira Solidária” a favor da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

19

- 13** – Proposta de atribuição gratuita das vacinas Rotarix® e Rotateq® a todas as crianças residentes no concelho de Santo Tirso
- 14** – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências entre o município de Santo Tirso e as freguesias União das Freguesias de Carreira e Refojos e União das Freguesias de Lamelas e Guimarei para cedência dos campos de futebol e polidesportivos: aprovação
- 15** – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira – Retificação de um troço da Rua das Duas Igrejas-Sequeirô
- 16** – Comparticipação financeira FEDER à operação com o código NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000013, designada “Centro de Artes Alberto Carneiro”: Ratificação da decisão de apresentação da candidatura e de Aceitação das condições
- 17** – Proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Roriz: Beneficiação da Casa Mortuária
- 18** – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira - Beneficiação do edifício municipal sito em Areias onde funciona a respetiva freguesia
- 19** – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na União das Freguesias de Carreira e Refojos - Pavimentação e conclusão da Rua de Lavatães em Refojos
- 20** – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário de Vilarinho
- 21** - Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de São Mamede de Negrelos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

20

- 22** – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de São Pedro de Roriz
- 23** – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Carnaval de Roriz
- 24** – Proposta de atribuição de subsídio ao Corpo Nacional Escutas - Agrupamento n.º 1291 – Água Longa

Santo Tirso, 20 de março de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

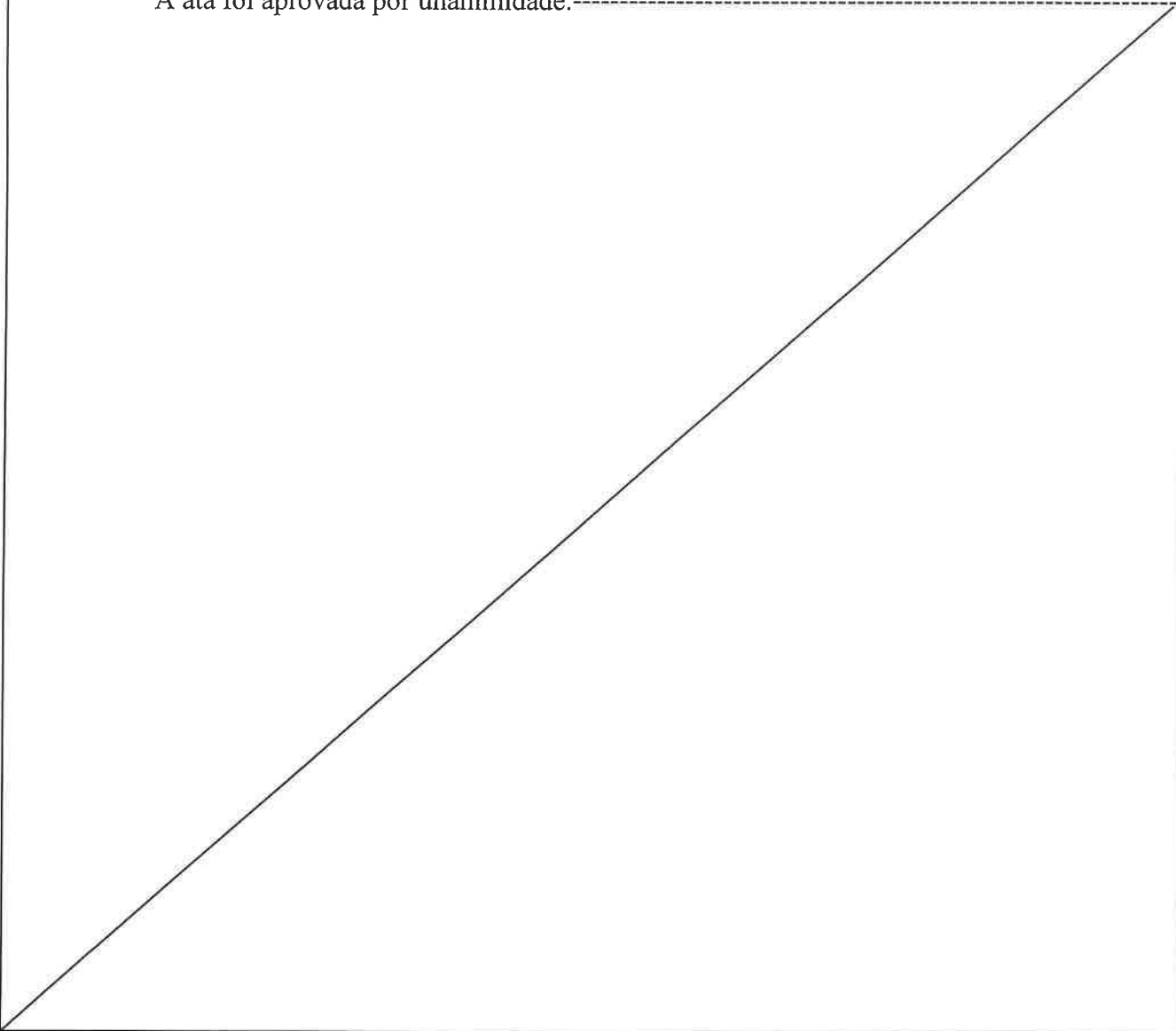


1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09/03/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia nove do corrente mês de março, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23/02/2017: CONHECIMENTO.-----

Presente informação de dezassete do corrente mês de março, da chefe do serviço de apoio aos órgãos autárquicos, a remeter a minuta da sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e três de fevereiro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Moção sobre transferências de competências para os municípios;-----
- Alteração do mapa de pessoal do município para o ano de dois mil e dezassete;-----
- 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos;-----
- Suspensão do Plano de Pormenor da Zona das Rãs;-----
- Tomada de conhecimento da 5ª alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal;----
- Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 640 m², sita no lugar de Sobradelo, freguesia de Água Longa;-----
- Proposta de início do procedimento de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 57,60 m² (cinquenta e sete vírgula sessenta metros quadrados), sita no lugar da Barca, freguesia de Vila das Aves;-----
- 1ª Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal “Jovem ConVida”, que passou a designar-se “Regulamento do Cartão Jovem de Santo Tirso”;-----
- Regulamento Municipal para atribuição de apoios no âmbito da habitação para pequenas reparações e obras de recuperação / adaptação (SOS Casa);-----
- Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento;-----
- Atribuição de um subsídio no montante de 14.161,60 € (catorze mil cento e sessenta e um euros e sessenta cêntimos) à freguesia de S. Tomé de Negrelos, para retificação de um troço da Rua Panorâmica;-----
- Atribuição de um subsídio no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros) à freguesia



de Agrela, para aquisição de um trator agrícola;-----

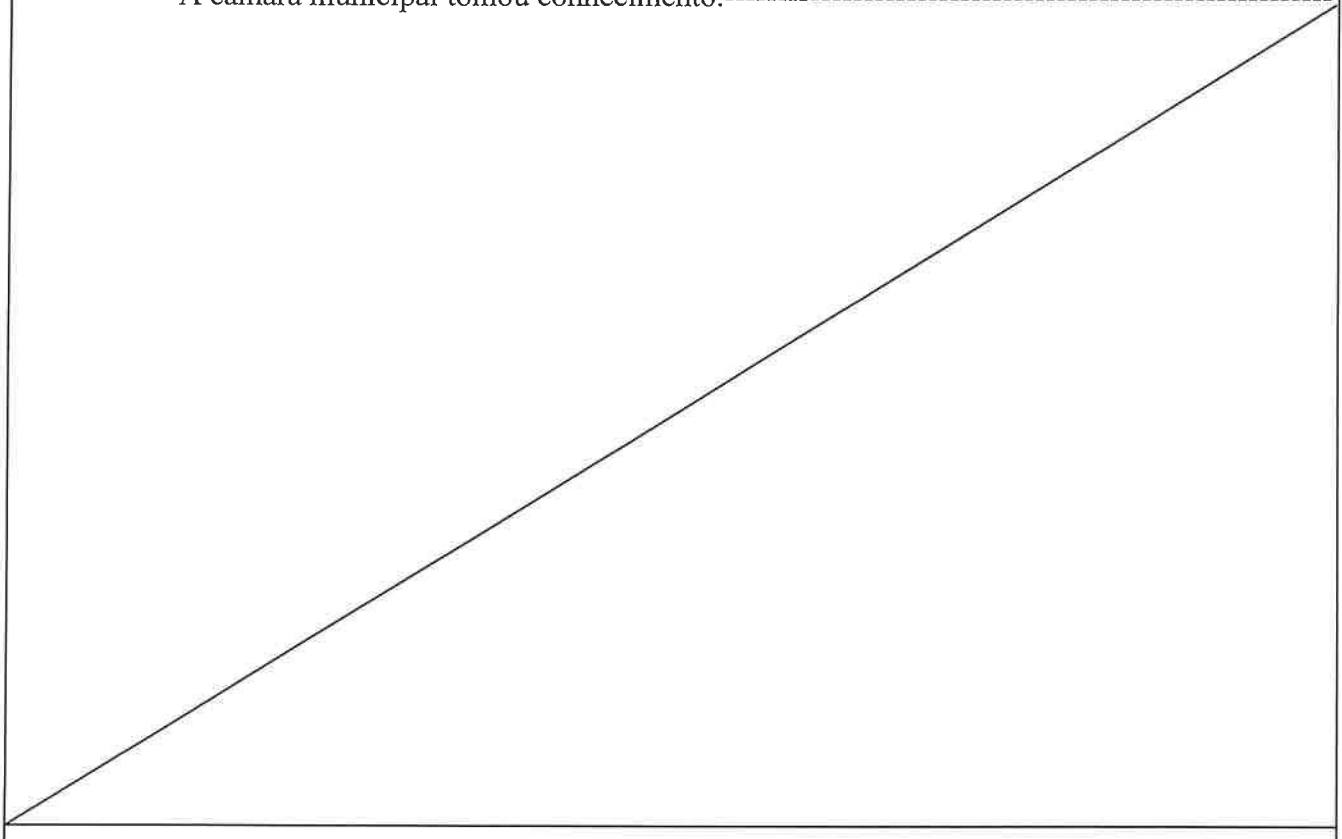
- Atribuição de um subsídio no montante de 65,000,00 € (sessenta e cinco mil euros) à União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, para obras de beneficiação das Ruas da Liberdade e Dr. António Augusto Pires de Lima, em Areias;-----

- Atribuição de um subsídio no montante de 53.494,77 € (cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e quatro euros e setenta e sete centimos) à União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, para beneficiação do edifício sede da junta, sita em Lamelas;-----

- Atribuição de um subsídio no montante de 37.096,29 € (trinta e sete mil e noventa e seis euros e vinte e nove centimos) à junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos para construção de um muro de suporte na Rua Manuel Coelho Cardoso;-----

- Retificação da deliberação da assembleia municipal de trinta de novembro de dois mil e dezasseis (item dezassete da respetiva ata).-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----



3. EMPREITADA “REFORMULAÇÃO DE ENTRONCAMENTO DA E.N. 105 COM A E.M. 209-2”: DECISÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO E DECISÃO DE CONTRATAR: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.-----

Presente o despacho do presidente da câmara municipal, de catorze do corrente mês de março, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas, que decidiu:-----

A) Aprovar o projeto de execução da referida obra, integrado pelos elementos referidos na informação técnica da Divisão de Projetos e Empreitadas, de três do corrente mês de março;-----

B) Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código;-----

C) Aprovar as peças do respetivo procedimento.-----

D) Designar o júri do respetivo procedimento com a composição proposta na mesma informação.-----

E) Declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do processo, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

F) Solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, face ao disposto no nº 2 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho, e solicitar

autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais, nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, com a seguinte previsão:-----

2017 – 600.785,16 € (seiscentos mil setecentos e oitenta e cinco euros e dezasseis centimos), com IVA incluído;-----

2018 – 400.523,44 € (quatrocentos mil quinhentos e vinte e três euros e quarenta e quatro centimos), com IVA incluído.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

DESPACHO

Empreitada “Reformulação do Entroncamento da E.N. 105 com a E.M. 209-2”

Decisão de aprovação do respetivo projeto e decisão de contratar

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projeto da obra acima identificada, cuja estimativa orçamental é de 944 630,75 € (novecentos e quarenta e quatro mil seiscientos e trinta euros e setenta e cinco cêntimos), mais IVA, conforme informação da Divisão de Projetos e Empreitadas de três do corrente mês de março, registada com o nº 1999, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação do presente despacho.-----

O presente despacho tem ainda a seguinte fundamentação:-----

A competência para a aprovação do projeto e para a decisão de contratar prevista no artº 36º do CCP pertence à câmara municipal;-----

No entanto, a próxima reunião ordinária da câmara municipal é apenas no próximo dia 23 do corrente mês de março, existindo alguma dificuldade na convocação de uma reunião extraordinária, nomeadamente por motivos de disponibilidade de agenda, de todos os edis, acrescentando ainda que as reuniões extraordinárias acarretam despesas extra para o município;-----

A aprovação do projeto da obra em causa reveste-se de carácter urgente, em virtude de se pretender apresentar uma candidatura a financiamento comunitário no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE 2020, sendo que, para esse efeito é necessário que o projeto financiado esteja aprovado;-----

Acresce que a execução da obra tem por objetivo melhorar as condições de segurança e fluidez da circulação rodoviária e pedonal (criação de passeios), bem como proceder à beneficiação das infraestruturas existentes, nomeadamente, do pavimento da faixa de rodagem, tratamento e beneficiação dos taludes, rede de drenagem de águas pluviais, infraestruturas

SISTEMA CERTIFICADO

eic

ISO 9001

certificação

acreditada

por IFAC

Serviços de Obras Particulares,
Apoio Social e Atendimento
Cível e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras.

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

27

elétricas e iluminação pública, sendo por isso urgente a abertura do respetivo concurso público;-----

A obra acima identificada está prevista no PPI para o ano em curso (objetivo 3.3.1; projeto/ação 19/2007/126), com uma dotação total de 1 001 308,60 € (um milhão e mil trezentos e oito euros e sessenta cêntimos), conforme resulta da 7ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, aprovada por despacho de 21 de fevereiro findo;-----

A despesa com o contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual ficou cativa a importância de 600 785,16 € (seiscentos mil setecentos e oitenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos financeiros a satisfazer no ano em curso, conforme proposta de cabimento orçamental nº 587/2017, de 21 de fevereiro;-----

O prazo de execução da empreitada é de 150 dias, sendo que a autorização prévia da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais consta da autorização genérica aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e nove de novembro último, dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, de harmonia com o previsto no artº 12º do D.L. 127/2012, de 21 de junho, e no artº 31º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;-----

No entanto, considerando que ocorreu uma reprogramação financeira que implicou aumento de despesa, o presente despacho ser submetido à próxima sessão ordinária da assembleia municipal, para efeitos de autorização da assunção de compromissos plurianuais, previamente à celebração do respetivo contrato de empreitada.-----

Face ao exposto decido:-----

A) Aprovar o projeto de execução da referida obra, integrado pelos elementos referidos na aludida informação técnica;-----

B) Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos

SISTEMA CERTIFICADO

eic

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras Particulares
Ação Social e Atendimento
Gerais e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

28



Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código;-----

C) Aprovar as peças do respetivo procedimento.-----

D) Designar o júri do respetivo procedimento com a composição proposta na mesma informação.-----

E) Declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do processo, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.----

F) Solicitar autorização à assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais, face ao disposto no nº 2 do artº 31º das Normas de Execução Orçamental.-----

Remeta-se o presente despacho à Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamento, para efeitos de submissão da candidatura da obra ao NORTE 2020 – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Santo Tirso e à Divisão de Projetos e Empreitadas para efeitos de abertura do respetivo procedimento de concurso.-----

Remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.-----

Santo Tirso, 14 de março de 2017

O Presidente,

Joaquim Couto (Dr.)

SISTEMA CERTIFICADO

eic
ISO 9001

certificação
acreditada

por FOC

Serviços de Obras Particulares
Ação Social e Alimentação
Gestão e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR

4. PROPOSTA DE DOAÇÃO DE UM TERRENO À FREGUESIA DE ÁGUA LONGA PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de catorze do corrente mês de março, registada com o número dois mil trezentos e oitenta e seis, que aqui se dá por integralmente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos da fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse autorizar a doação à freguesia de Água Longa do prédio urbano (parcela de terreno destinada à construção) descrito na minuta de contrato de doação que fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante como anexo I.-----

A parcela de terreno a doar destina-se à construção de um edifício para instalação da sede da freguesia de Água Longa, de harmonia com o projeto a aprovar pelo município.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do presidente da câmara e aprovar a minuta do contrato de doação anexa.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO**(Doação de terreno para construção da sede da Junta de Água Longa)**

A doação de uma parcela de cerca de 600m² de terreno junto ao Centro Escolar de Arcozelo é mais um passo dado pelo executivo municipal no sentido de dotar a freguesia de um edifício-sede com dignidade para prestar um serviço de qualidade à população de Água Longa.

Avaliado em cerca de 40 mil euros, o terreno, propriedade do Município de Santo Tirso, passará para as mãos da junta de freguesia, que, a partir de agora, estará em condições de dar continuidade ao projeto de construção do novo edifício-sede.

Depois da atribuição de um subsídio de cerca de 50 mil euros para a elaboração do projeto e da apresentação pública do mesmo, a doação do terreno por parte do Município à junta de freguesia não deixa dúvidas quanto à prioridade dada pelo executivo municipal em resolver o problema da falta de condições das atuais instalações da Junta de Água Longa.

Compromisso assumido pelo executivo municipal desde o início do mandato, e reivindicado pelo presidente da junta de freguesia, o novo edifício-sede está, agora, ainda mais perto de ser uma realidade para a população de Água Longa.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta de doação de terreno para a construção do edifício-sede da Junta de Água Longa.

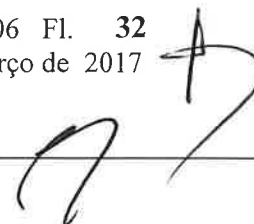
Santo Tirso, 23 de março de 2017

5. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO, TROFA, E FAMALICÃO, NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE PLANEAMENTO DESTINADOS À ORGANIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS E PARTILHADOS.-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de vinte e quatro de fevereiro findo, registada com o número mil oitocentos e cinquenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita, a propor a celebração de um Protocolo entre os municípios de Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão, tendo por objeto a elaboração de estudos de planeamento e de fundamento da organização das futuras concessões de transportes públicos e partilhados, no âmbito da área territorial dos três municípios, nos termos da minuta de Protocolo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, que foi aprovada por despacho do presidente da câmara municipal de sete do corrente mês de março.-----

As despesas previstas na cláusula quinta do Protocolo serão cabimentadas na respetiva rubrica orçamental no âmbito do respetivo procedimento de contratação pública.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do presidente da câmara de sete do corrente mês de março, que decidiu aprovar a aludida minuta.-----



6. PROPOSTA DE “CRITÉRIO DE REPARTIÇÃO” DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS.-----

Presente informação de nove de fevereiro findo, do Departamento de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, registada com o número mil duzentos e oitenta e oito, a remeter a deliberação da Comissão Executiva Metropolitana da Área Metropolitana do Porto, de dezasseis de dezembro último, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, que aprovou a proposta do “critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, pelos municípios associados, para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei 73/2013, de 03 de setembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal que desse o seu acordo expresse ao “critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, apurada em conformidade com o número 2 do artigo 52º do mesmo diploma legal, imputada de forma proporcional à quota de cada município para as despesas de funcionamento da Área Metropolitana do Porto, com exceção da dívida de natureza orçamental decorrente da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





amporto

PROPOSTA

Considerando:

- Que está prevista a aprovação do contrato interadministrativo de delegação, na Área Metropolitana do Porto, das competências de gestão operacional da STCP, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 71.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro;
- Que também está prevista a aprovação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de partilha de competências entre a Área Metropolitana do Porto e os 6 municípios da rede STCP, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 71.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro;
- O disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Proponho que

A Comissão Executiva Metropolitana do Porto delibere:

- ***Submeter ao Conselho Metropolitano para aprovação o seguinte “critério de repartição” da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, pelos municípios associados, para efeitos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual, depois de aprovado, deverá ser submetido às assembleias municipais de todos os municípios associados da AMP para obtenção de “acordo expresse”:***

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina-se que a dívida total de operações orçamentais da Área Metropolitana do Porto (AMP), apurada em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º do mesmo diploma, é imputada de



forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.

- *Exceciona-se daquele rateio proporcional a dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia."*

Porto e Sede da AMP, 12 de dezembro de 2016.

O Secretário Metropolitano da Comissão Executiva Metropolitana,



(Avelino Oliveira, Arq.)

APROVADA, POR UNANIMIDADE.
Reunião da Comissão Executiva Metropolitana do Porto
de 14 de Dezembro de 2016
O Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana,





ASSUNTO: DISCUTIR E APROVAR O “CRITÉRIO DE REPARTIÇÃO” DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, PARA EFEITOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 54.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:

Aprovado, por unanimidade.

Reunião do Conselho Metropolitano do Porto de 16 de dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Metropolitano,

(Dr. Hermínio Loureiro)

7. PROPOSTA DE NOVO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.-----

Presente informação de catorze do corrente mês de março, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, registada com o número dois mil trezentos e cinquenta e cinco a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de doze de maio de dois mil e dezasseis (item sete da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Regalias aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer um conjunto de direitos e regalias inerentes ao exercício de voluntariado dos bombeiros voluntários, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A natureza deste Regulamento, dispensa o mesmo de consulta pública, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea d) do n.º 3 do artigo 100º e artigo 101º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.-----

De harmonia com o disposto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo foi feita uma ponderação dos custos e benefícios resultantes das medidas previstas no Regulamento, conforme documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

No momento da discussão da proposta, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM fizeram as seguintes propostas de alteração à proposta de Regulamento apresentada:-----

1. Alterar o n.º 3 do artigo 6º, no sentido que fique a constar que o número de bolsas a atribuir por cada corporação é de três, podendo ser atribuídas o número máximo de nove bolsas. Se



alguma das corporações não tiver nos seus quadros bombeiros voluntários que reúnam os requisitos para a atribuição de bolsa, o número de bolsas a que têm direito (três) poderá ser atribuído a outras corporações.-----

O importante não são as corporações de bombeiros, mas os bombeiros voluntários.-----

2. No n.º 4 do mesmo artigo 6º, reduzir o número de anos necessários para beneficiarem de redução de taxas até 50%, passando de quatro para dois.-----

3. Prever a possibilidade do cartão de bombeiro previsto no artigo 7º do Regulamento ser associado a benefícios no comércio e nos serviços, nomeadamente descontos.-----

4. Prever a redução de tarifas devidas por serviços, nomeadamente de recolha de resíduos sólidos, saneamento e água, equiparadas às “tarifas sociais”.-----

Seguidamente pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Que aceita as sugestões de alteração atrás referidas nos números 1 e 2. Quanto à proposta constante do n.º 3, não depende da câmara municipal, o que não invalida que esta não possa diligenciar juntos dos empresários locais para que possam ser associados descontos ao “cartão de bombeiro”.-----

Quanto à proposta do n.º 4, está a ser feito um estudo mais global, no âmbito da coesão social, sobre “tarifas sociais”, parecendo-lhe que só depois de concluído esse trabalho é que se poderá decidir se faz sentido ou não prever essa situação no Regulamento de Concessão de Regalias aos bombeiros.-----

Após discussão, foi decidido aprovar a proposta de regulamento, com as correções materiais decorrente das propostas constantes dos números 1 e 2, apresentadas pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM.-----

A proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade.-----

O anexo III constante da presente ata já contém a redação que resulta das propostas, introduzidas no decurso desta reunião.-----

Projeto Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros Voluntários – Nota Justificativa: Ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas – Anexo à Informação ATE – nº 2355/17

	Projeto de Regulamento – Direitos	Ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas
Artigo 6º	Beneficiar de um seguro contra acidentes pessoais gerido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, de acordo com a legislação aplicável em vigor, o qual será automaticamente atualizado em função do ordenado mínimo nacional, de forma a que seja cumprido o seguro obrigatório, devendo as Associações Humanitárias apresentar, no mínimo, com a periodicidade trimestral, a relação de alterações, compreendendo os riscos seguintes e valores do seguro: a) Morte ou invalidez permanente por acidente até 150.000,00€; b) Incapacidade temporária absoluta por acidente até 75,00€ por dia; c) Despesas de tratamento, transporte sanitário e repatriamento por acidente até 50.000,00€; d) Outros benefícios ou valores de seguro de acordo com a apólice de seguro contratada entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a seguradora.	Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações. 20.282,15€ (valor anual transferido para as 3 corporações dos bombeiros voluntários- 2016)
	Beneficiar da atribuição de bolsas de estudo aos bombeiros voluntários, que frequentem o ensino superior. As bolsas de estudo a conceder pela Câmara Municipal de Santo Tirso, e referidas no número anterior, têm o montante anual unitário de 500,00€ (quinhentos euros) e serão atribuídas três por cada corporação de bombeiros voluntários, no máximo de nove.	Apoio na formação e habilitações académicas dos bombeiros voluntários 4.500,00€/ano
	Beneficiar da isenção ou redução de taxas relativas a operações urbanísticas, que se destinem à primeira habitação, a comprovar pelos serviços através de buscas de processos de obras particulares antecedentes, bem como da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas, nos seguintes termos: - 2 anos de serviço de bombeiro – redução de 50% -10 anos de serviço de bombeiro - redução de 70% -20 anos de serviço de bombeiro – redução de 90% -30 anos de serviço de bombeiro – isenção	Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações Taxas municipais relativas à construção de uma habitação (até 200m2, até 125.000€): €1.392,62 (ver tabela de taxas municipais)
	Prioridade na atribuição de habitação municipal ou subsídio ao arrendamento quando em igualdade de condições económicas e sociais no ato de candidatura em relação com outros candidatos. Ter acesso gratuito às iniciativas de carácter desportivo promovidas pela Câmara Municipal de Santo Tirso e beneficiar de uma redução de 50% nos preços a pagar pelos serviços e utilização de instalações desportivas de gestão municipal.	Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações Ver tabela complexo desportivo anexa

	<p>Ter acesso gratuito às iniciativas de caráter cultural que sejam da responsabilidade da Câmara Municipal de Santo Tirso e aos espaços museológicos sob a gestão do município, para os quais haja lugar ao pagamento de bilhetes de ingresso, desde que previamente acordado com os serviços respetivos da autarquia.</p> <p>Promover a capacitação profissional dos jovens bombeiros desempregados, ou candidatos a primeiro emprego, assim como de bombeiros desempregados e desempregados de longa duração, através da sua inclusão nas seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) inserção profissional, em medidas ativas de emprego, em parceria com o Instituto do Emprego e formação profissional, em setores de cariz público e privado, desde que o candidato reúna condições de elegibilidade; b) integração profissional em empresas do concelho e da região mediante as ofertas de emprego existentes e a aferição do perfil do candidato; c) realização de estágios curriculares, estágios profissionalizantes em contexto prático de trabalho; d) colocação em planos formativos adequados e conformes às necessidades e estruturas curriculares; e) capacitação e apoio ao desenvolvimento de projetos empreendedores com vista à criação de empresas, micro - negócios e startups. <p>Apoiar na elaboração e desenvolvimento a candidaturas a financiamento externo nos domínios do emprego e formação profissional.</p> <p>Ser agraciado com distinções honoríficas por serviços relevantes e extraordinários prestados à causa dos bombeiros voluntários por atos de coragem e abnegação no salvamento de pessoas, animais ou bens e ainda pela assiduidade e dedicação reveladas por um serviço efetivo com exemplar comportamento.</p>	<p>Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações Bilhética – Valor unitário médio de 10,00€ Para o universo de 250 efetivos: custo de 2.500,00€</p> <p>Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações Promover a capacitação profissional dos jovens bombeiros</p> <p>Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações. Promover a capacitação profissional dos jovens bombeiros</p> <p>Reconhecimento da função dos bombeiros voluntários no auxílio e socorro às populações</p>
--	---	---

8. ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA HORTA URBANA DE SANTO THYRSO: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação de dezassete do corrente mês de março, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, registada com o número dois mil quatrocentos e noventa e nove, a propor a elaboração do Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Thyrso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, que tem por objeto definir as condições e os critérios de utilização dos talhões da Horta Urbana criada pelo município de Santo Tirso no espaço envolvente à “Fábrica de Santo Thyrso”, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Chefe da referida Divisão, Arquiteta Alexandra Carla Almeida Castro Moreira, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



9. ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL MUNICIPAL DE VILA DAS AVES: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação de sete do corrente mês de março, da Chefe da Divisão de Património e Museus, registada com o número dois mil cento e vinte e quatro, a propor a elaboração do Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, que tem por objeto definir as condições de gestão, utilização e funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, equipamento instalado no prédio urbano sito na Rua Santo Honorato, n.º 220, freguesia de Vila das Aves, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 3727 (três mil setecentos e vinte e sete) e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 4128 (quatro mil cento e vinte e oito), e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Chefe da referida Divisão, Maria do Céu Barroso Duarte Silva, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

10. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação conjunta Divisão Jurídica e da Diretora do Departamento de Coesão Social, registada com o número dois mil quinhentos e dez, a propor o início do procedimento de 2ª alteração ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal, com a fundamentação constante daquela informação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de 2ª alteração ao Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento o colaborador deste município, em regime de avença, prof. Vitor Manuel Carvalho de Matos, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração da 2ª alteração àquele regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

11. PROPOSTA DE 5ª CORREÇÃO DO PDM, DECORRENTE DA 1ª ALTERAÇÃO AO MESMO PLANO.-----

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de vinte e um do corrente mês de março, registada com o número dois mil seiscientos e vinte e um, da qual, para maior facilidade de identificação do assunto em causa, se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer integrante, para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação técnica, e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 122º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, deliberasse aprovar a 5ª correção material ao Plano Diretor Municipal, que resulta do facto do aviso publicado no Diário da República em dezasseis de março último, relativo à aprovação da 1ª alteração ao PDM, aprovada pela assembleia municipal em trinta de novembro último, (item cinco da respetiva ata) não constar os links para consulta das plantas respetivas.-----

Ou seja, a presente correção não se traduz em qualquer alteração material ao Plano Diretor Municipal.-----

A câmara deliberou, com cinco votos a favor, aprovar a proposta e remeter à assembleia municipal para conhecimento.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM, que disseram que se abstinham por uma questão de coerência, em conformidade com a posição que tomaram aquando da aprovação da 1ª alteração ao PDM.-----


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Processo n.º

Requerimento n.º

44
Informação n.º
2621/17

Assunto 5ª Correção material do PDM - retificação da publicação no DR da 1ª Alteração do PDM

DESPACHO PRESIDENTE

22-03-2017

Reunião

O Presidente



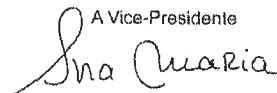
Dr. Joaquim Couto

DESPACHO VEREADOR

21-03-2017

Para reunião de câmara

A Vice-Presidente




Ana Maria Ferreira (Eng.º)

INFORMAÇÃO SUPERIOR

21-03-2017

Propõe-se o envio para reunião do executivo nos termos da informação.

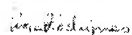
Assessora de Direção Municipal


Conceição Melo

INFORMAÇÃO

21-03-2017

A Chefe de Divisão



Lúcia Rodrigues

Na publicação do Aviso nº 2791/2017 no Diário da República, em 2017/03/16, relativo à aprovação da 1ª Alteração do PDM pela Assembleia Municipal, não constam os *links* para as plantas respetivas, por lapso desta divisão.

Para correção desta situação é necessário proceder a uma correção material ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artigo 122º do DL 80/2015.

Esta correção material deve ser objeto de deliberação da Câmara Municipal para comunicação à Assembleia Municipal.

A comunicação deve ser posteriormente transmitida à CCDRN e remetida para publicação na 2ª Série do Diário da República e para depósito no DGT, através da plataforma SSAIGT.



12. EVENTO “SANTO TIRSO A RIR” – PROPOSTA DE “BILHETEIRA SOLIDÁRIA” A FAVOR DA CAID – COOPERATIVA DE APOIO À INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE: CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO.-----

Presente informação de quinze do corrente mês de março, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número dois mil quatrocentos e doze, a comunicar que está a ser preparada mais uma edição do evento “Santo Tirso a Rir”, a realizar no próximo dia oito de abril, na Fábrica de Santo Thyrsso, e a propor a criação de uma bilheteira para este evento, cujas receitas revertam a favor da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, para realização de obras no edifício ocupado pela identificada instituição em S. Salvador do Campo, para que o mesmo possa ser utilizado como centro de atividades ocupacionais e formação profissional específica para pessoas com deficiência.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, e de harmonia com os pressupostos que integram a minuta de Protocolo anexa, deliberasse criar uma “bilheteira solidária” no evento humorístico “Santo Tirso a Rir”, a realizar no próximo dia oito de abril, destinada a apoiar a CAID, e nos demais termos da minuta de Protocolo de Cooperação que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo IV da mesma, composto por cinco folhas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com sete votos a favor.-----

Não participaram na discussão e votação deste ponto o senhor presidente da câmara e o senhor vereador Dr. Alberto Costa.-----

13. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO GRATUITA DAS VACINAS ROTARIX® E ROTATEQ® A TODAS AS CRIANÇAS RESIDENTES NO CONCELHO DE SANTO TIRSO

Presente informação da diretora do Departamento de Coesão Social, de vinte e um do corrente mês de março, registada com o número dois mil seiscientos e dez, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica, que a câmara municipal, no âmbito do desenvolvimento das atribuições do município no domínio da saúde e apoio às famílias, delibere decidir atribuir a título gratuito as vacinas Rotarix® e Rotateq® a todas as crianças residentes no concelho de Santo Tirso, e que possuam prescrição medida para o efeito, até aos dois anos de idade, e não apenas às crianças que se encontrem nas situações previstas no Regulamento aprovado pela assembleia municipal em vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, cuja revogação expressa se propõe àquele órgão deliberativo.-----

A despesa estimada com a medida agora proposta é de 60.000,00 € (sessenta mil euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020109, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 763/2017, de dezasseis de março.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

Os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Atribuição gratuita de vacinas a todas as crianças do concelho)



Todas as crianças até aos dois anos do concelho de Santo Tirso vão passar a tomar gratuitamente as vacinas Rotarix e Rotateq.

Até ao momento, apenas as famílias em situação económica e social vulnerável eram abrangidas por esta medida inédita lançada pelo executivo municipal. Mas, a partir de agora, a medida passa a ter um carácter geral e universal, beneficiando todas as famílias do concelho com filhos até aos dois anos.

A vacinação gratuita na primeira infância, que vai chegar a cinco vezes mais crianças residentes no concelho de Santo Tirso, **é apenas uma das medidas inseridas no Plano Municipal de Saúde**, que junta 85 instituições do concelho, nomeadamente juntas de freguesia, hospital, Agrupamento de Centros de Saúde Santo Tirso/Trofa, bombeiros, IPSS, Cruz Vermelha, Misericórdia, farmácias, clínicas, óticas, entre outras, **e faz parte de um abrangente pacote de amortecedores sociais postos em prática pelo executivo municipal** desde o início do mandato.

O programa de vacinação constitui ainda um claro sinal do executivo municipal no sentido de criar condições para promover a natalidade no concelho, ao contribuir diretamente para aumentar o rendimento disponível das famílias.

No âmbito de um Plano Municipal de Saúde único na Área Metropolitana do Porto, o Município de Santo Tirso vai disponibilizar, para além das vacinas gratuitas, um pacote de medidas na área da saúde oral, visual, física, alimentar e mental destinadas às famílias mais desfavorecidas.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta de atribuição gratuita de vacinas a todas as crianças do concelho.

Santo Tirso, 23 de março de 2017

14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E AS FREGUESIAS UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI PARA CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO AO MUNICIPIO DOS CAMPOS DE FUTEBOL DAS REFERIDAS FREGUESIAS: APROVAÇÃO.-----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----





14. A) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL E DO POLIDESPORTIVO, SITOS, RESPETIVAMENTE, EM GUIMAREI E LAMELAS, PARA A FORMAÇÃO EM FUTEBOL E FUTSAL.-----

Presente informação da Divisão de Desporto, de quinze de fevereiro findo, registada com o número mil quatrocentos e sessenta e um, a propor a celebração de protocolo entre o município e a União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, tendo por objeto estabelecer as condições de utilização pelo município do campo de futebol de Guimarei e do polidesportivo de Lamelas, para apoiar as diversas coletividades desportivas do concelho que necessitem de instalações para a formação nas modalidades desportivas de futebol e futsal.-----

A minuta do protocolo a celebrar com a União de Freguesias de Lamelas e Guimarei, fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A despesa global estimada com a celebração do aludido protocolo é de 6.150,00 € (seis mil cento e cinquenta euros) que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 653/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1500/2017, de seis do corrente mês de março.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido Protocolo, nos termos da minuta anexa à aludida informação, e que fica a constar como anexo V, à presente ata.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

14. B) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS DE RIBA D'AVE, TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DE REFOJOS.-----

Presente informação da Divisão de Desporto, de quinze de fevereiro findo, registada com o número mil quatrocentos e sessenta e um, a remeter a minuta de Protocolo a celebrar com a União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d'Ave, tendo por objeto a cedência ao município de Santo Tirso do campo de futebol propriedade dessa freguesia, para ser utilizado pelas entidades desportivas que o solicitarem, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por três folhas.-----

Da celebração do referido Protocolo resultará uma despesa anual estimada para o município no montante de 6.150,00 € (seis mil cento e cinquenta euros), conforme resulta do n.º 1 da cláusula 2ª, que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102 na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 653/2017.-----

O compromisso assumido com a celebração do mesmo Protocolo está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1499/2017, de seis do corrente mês de março.-----

O pagamento da importância correspondente ao número de utilizações efetivas do equipamento desportivo em causa será feito mediante despacho da vice-presidente da câmara municipal, suportado por informação da divisão de desporto que confirme o número de utilizações comunicadas pela União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d'Ave.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no âmbito da prossecução das atribuições do município na área do desporto (cfr. alínea f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro) e ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do referido diploma legal, deliberasse celebrar com a União das Freguesias de Carreira e Refojos

Reunião : ORDINÁRIA

de Riba d'Ave o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta anexa à mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA – RETIFICAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DAS DUAS IGREJAS-SEQUEIRÔ

Presente ofício de sete do corrente mês de março, da junta de freguesia da União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, registado com o número seis mil e trinta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa quais os trabalhos que se mostram necessários realizar, sendo o valor total do investimento previsto de 18.049,95 € (dezoito mil e quarenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Considerando a delegação de competências concedida pela assembleia municipal por deliberação de vinte e nove de novembro último (cfr artigo 38.º, das Normas de Execução Orçamental);-----

Proponho que a câmara municipal delibere delegar a competência para execução da obra

acima referida na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1588/2017, de catorze do corrente mês de março.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

16. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000013, DESIGNADA POR “CENTRO DE ARTES ALBERTO CARNEIRO”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.-----

Presente email do Programa Operacional Regional do NORTE 2020, de catorze do corrente mês de março, registado com o número seis mil seiscentos e sessenta e dois, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000013 – designada “Centro de Artes Alberto Carneiro” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia dez do mesmo mês de março.-----

O Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível da candidatura é de 1.231.722,59 € (um milhão duzentos e trinta e um mil setecentos e vinte e dois euros e cinquenta e nove centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 50%, no montante de 615.861,30 € (seiscentos e quinze mil oitocentos e sessenta e um euros e trinta centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----

17. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: BENEFICIAÇÃO DA CASA MORTUÁRIA.-----

Presente ofício de vinte e dois de fevereiro findo, da junta de freguesia de Roriz, registado com o número cinco mil trezentos e sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de recuperação da capela mortuária, cujo orçamento é de 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros), com IVA incluído.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de seis do corrente mês de março, registada com o número dois mil e cinquenta e oito.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à freguesia de Roriz um subsídio no montante de 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros) para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas obras.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 784/2017.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1560/2017, de nove do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

18. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA - BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL SITO EM AREIAS ONDE FUNCIONA A SEDE DA RESPECTIVA FREGUESIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente ofício de vinte e cinco de novembro último, da junta de freguesia de União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, registado com o número vinte e cinco mil cento e trinta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que os trabalhos se mostram necessários, sendo a respetiva estimativa orçamental de 9.200,00 € (nove mil e duzentos euros), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para delegar na junta de freguesia a competência para execução da obra acima referida, nos termos

da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, composto por nove folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O compromisso do município foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1857/2017, de catorze do corrente mês de março.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SANTO TIRSO NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS DE RIBA D'AVE - PAVIMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RUA DE LAVATÃES EM REFOJOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente ofício da junta de freguesia da União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave, de quatro de agosto de dois mil e dezasseis, registado com o número dezasseis mil trezentos e oitenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a pavimentação e conclusão dos trabalhos de beneficiação da Rua de Lavatães, em Refojos.-----

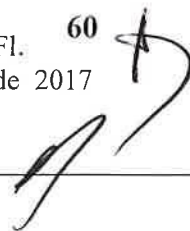
O expediente vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de dez do mesmo mês de agosto, registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta e seis, a submeter à aprovação da câmara municipal a proposta de delegação de competências do município na freguesia de União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave para a execução da obra acima identificada, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 26.500,00 € (vinte e seis mil e quinhentos euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse solicitar autorização à assembleia municipal para delegar a execução da referida obra naquela freguesia, nos termos da minuta do contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por dez folhas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 920/2017;-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1635/2017, de dezassete de março;-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



20. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – VILARINHO.-----

Presente ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, de seis de janeiro último, registado com o número setecentos e vinte e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizam nos dias dezanove a vinte e um do próximo mês de maio.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, no montante de 500,00 € (quinhentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 757/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1502/2017, de sete do corrente mês de março.-----

Reunião : ORDINÁRIA

[Handwritten signature]

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



21. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE S. MAMEDE DE NEGRELOS.-----

Presente ofício de treze de janeiro último, da Comissão de Festas de São Mamede de Negrelos, representada por Diogo Alberto Silva Costa, registado com o número dois mil trezentos e setenta e um, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as festas de São Mamede de Negrelos, que se realizam nos próximos dias dezassete a vinte de agosto, cuja estimativa orçamental é de 32.000,00 € (trinta e dois mil euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Comissão de Festas de S. Mamede de Negrelos, no montante de 400,00 € (quatrocentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Mamede de Negrelos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 939/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1638/2017, de dezassete do corrente

Reunião : ORDINÁRIA

mês de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



22. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO PEDRO DE RORIZ.-----

Presente ofício de treze de janeiro último, da Comissão de Festas de São Pedro de Roriz, representada por José Pedro Rodrigues Martins, registado com o número dois mil trezentos e sessenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de São Pedro, que se realizam nos próximos dias trinta de junho a dois de julho, cuja estimativa orçamental é de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Comissão de Festas de S. Pedro de Roriz, no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Pedro.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 942/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com número 1639/2017, de dezassete do corrente mês

Reunião : ORDINÁRIA

de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

23. COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE RORIZ: PEDIDO DE SUBSÍDIO

Presente email de vinte e sete de janeiro último, da Comissão de Festas do Carnaval de Roriz, registado com o número dois mil quinhentos e trinta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do cortejo de carnaval de Roriz, que se realizou no dia vinte e oito de fevereiro findo.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de Roriz é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes;-----

Considerando que os festejos de Carnaval são uma tradição popular, que deve ser apoiada pela câmara municipal;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 800,00 € (oitocentos euros) à Comissão Organizadora do Carnaval de Fontão – Roriz, contribuinte número 902 038 338, para ajudar a custear as despesas com o referido evento.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 943/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1640/2017, de dezassete do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

24. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 1291 – ÁGUA LONGA – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.-----

Presente email de nove de fevereiro findo, do Chefe do Agrupamento n.º 1291 – Água Longa, do Corpo Nacional de Escutas, a solicitar que a câmara municipal proceda à realização de obras de beneficiação do edifício onde está instalada a sede daquele Agrupamento de Escuteiros, sito na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Água Longa, propriedade do município de Santo Tirso, cuja cedência de utilização foi feita por Protocolo assinado no dia seis de maio de dois mil e treze.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de dezasseis do corrente mês de março, registada com o número dois mil quatrocentos e noventa e sete, da qual consta a descrição dos trabalhos a realizar, cuja estimativa orçamental é de 14.725,00 € (catorze mil setecentos e vinte e cinco euros), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que por Protocolo celebrado em seis de maio de dois mil e treze, foi cedido, a título gratuito, o direito de utilização do edifício do município sito na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, freguesia de Água Longa, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 2315 (dois mil trezentos e quinze) e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 1370 (mil trezentos e setenta);-----

Considerando que as obras a realizar não são obras de manutenção do edifício, estas da responsabilidade da cessionária, mas obras de conservação da estrutura do mesmo, estas da responsabilidade do município;-----

Considerando, no entanto, que o montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município foi acordado com aquele Agrupamento de Escuteiros, que se obrigou a realizar as obras descritas no mapa de trabalhos elaborados pelos serviços técnicos do município, cuja estimativa orçamental é de 14.725,00 € (catorze mil setecentos e vinte cinco euros), mais IVA.-----



Proponho que a câmara municipal delibere celebrar com o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Escuteiros n.º 1291 – Água Longa, um Protocolo de Colaboração, para execução das referidas obras, mediante o pagamento de uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros), e nos demais termos da minuta de Protocolo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 933/2017.---

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1661/2017, de vinte e dois do corrente mês de março.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

No período de intervenção do público, interveio o professor Afonso Oliveira, a lecionar no Centro Escolar de Água Longa. Congratulou-se pela realização desta reunião descentralizada, realizada no Centro Escolar, que é uma forma de incentivar a participação cívica da população. Que há quatro alunos do 4ºano AG que pretendem colocar algumas questões ao senhor presidente. Que esclarece que a única intervenção dos professores se limitou à correção de erros ortográficos.-----

De imediato, o senhor presidente deu a palavra àqueles alunos.-----

Afonso Meireles: Colocou a seguinte questão:-----

“Como deve ser do seu conhecimento foram roubados os computadores portáteis da escola. Temos os quadros interativos mas não há computadores. Quando serão colocados novos computadores? É que nós utilizamos muito os quadros interativos. Muito obrigado”.-----

Letícia Carneiro da Silva: Colocou a seguinte questão:-----

“Poderiam arranjar as partes da escola danificadas, como por exemplo os cacifos dos alunos e o elevador?”-----

Virgínia Soares: Colocou a seguinte questão:-----

“A nossa freguesia é atravessada pelo Rio Leça. Só que o rio começa a ficar poluído e as margens degradadas. O que é que pode fazer para mudar esta situação?”-----

Pedro Dias: Colocou a seguinte questão:-----

“Na nossa escola há espaços que poderiam ser arrançados para fazermos educação física.

Será possível abrir alguns espaços do recreio?"-----

De seguida entrevistaram alguns alunos do 9º B da Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, integrada no mesmo Agrupamento de Escolas.-----

Vânia Cunha:-----

Questionou se existem algumas formas dos cidadãos participarem mais diretamente nas decisões que são tomadas para o concelho.-----

Se não existem, que formas podem ser criadas?-----

Gonçalo Andrade:-----

Que gostou de participar nesta reunião descentralizada. Porque não se realizam mais vezes? Que em tempos tinha sido implementado nas escolas o “Dia político” e que entretanto acabou. Porquê?-----

Beatriz Carneiro:-----

Que ouviu falar na transferência das escolas dos 2º e 3º ciclo para os municípios. Gostaria de saber o que pensa o senhor presidente sobre este assunto.-----

Seguidamente o senhor presidente prestou os seguintes esclarecimentos:-----

Começando pela questão colocada pela Beatriz, relativa à transferência das escolas para os municípios, que, concorda com o princípio, face à proximidade dos municípios com as populações. No entanto, espera que venha a ocorrer uma descentralização do poder político, ou seja a capacidade dos municípios tomarem decisões e não só uma transferência de tarefas. É uma questão que está a ser acompanhada pela câmara municipal e que espera venha a ser decidida da melhor forma.-----

Quanto ao Rio Leça e suas margens, este em Santo Tirso ainda está, felizmente, em condições ecológicas. Que está em curso uma candidatura para recuperação das Margens do Leça, que envolve os municípios de Santo Tirso, Valongo e Matosinhos.-----

Quanto à questão da participação ativa, há muitas formas de o fazer, e que aconselha a

que consultem os diversos sítios institucionais na internet, como o do município de Santo Tirso, o da Agência Portuguesa do Ambiente, o da Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, onde é possível tomar conhecimento do que se vai fazendo, e também como se pode participar. Que hoje a maioria dos projetos são sujeitos a discussão pública, aliás como se viu aqui nesta reunião, em que os vários Regulamentos vão ser submetidos à participação pública, e que é importante que as pessoas participem ativamente nesses projetos. Que também se pode participar dizendo aos pais para não usarem pesticidas, não deitarem lixo nos locais não indicados para esse efeito...-----

No que se refere ao “Dia Politico” vai tentar apurar o que se passou.-----


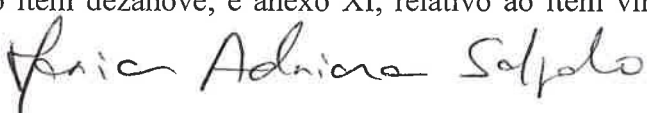
Relativamente ao equipamento informático está em curso um programa para dotar todas as escolas de pelo menos um computador. Que a escola de Arcozelo irá ter dois computadores.-----

Por último, o senhor presidente agradeceu a participação de todos nesta reunião, e referiu ainda que a participação na vida da comunidade se pode fazer de muitas formas: nas Comissões de Festas, nas Fábricas da Igreja, nas diversas Associações, mas que o importante é participar. Que está convencido, que quem não participa de alguma forma na vida da comunidade, não é verdadeiramente feliz”.-----

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dezassete horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem setenta e duas folhas, e onze documentos anexos (anexo I, relativo ao item quatro; anexo II, relativo ao item cinco; anexo III, relativo ao item sete; anexo IV, relativo ao item doze; anexo V, relativo ao item catorze A); anexo VI, relativo ao item catorze B); anexo VII, relativo ao item quinze; anexo VIII, relativo ao item dezasseis, anexo IX, relativo ao item dezoito; anexo X, relativo ao item dezanove; e anexo XI, relativo ao item vinte e quatro), apenas utilizadas no anverso, que eu

 
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 06/04/2017, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas mx da respetiva minuta).-----

A Secretária,

